

SALA DE RECURSOS: O PORQUÊ DA NÃO FREQUÊNCIA DE ALGUNS ALUNOS?

Mayara Alves de Santana¹

Karyna Diniz Bertoni²

Noeli Venâncio da Silva de Oliveira³

Camila Marques da Silva⁴

Tatiane Lhorrana Martin⁵

Ana Paula Argenton Paz⁶

Rosângela Bressan Buosi⁷

Arnaldo Gomes do Amaral⁸

SANTANA, M. A. de; BERTONI, K. D.; OLIVEIRA, N. V. da S. de; MARTIN, T. L.; PAZ, A. P. A.; BUOSI, R. B.; AMARAL, A. G. do. Sala de recursos: o porquê da não frequência de alguns alunos? EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 16, n. 2, p. 219-241, jul./dez. 2016.

RESUMO: O projeto visa à obtenção de informações sobre a quantidade de alunos com avaliação psicoeducacional para sala de Recursos Multifuncional - Tipo 1, a frequência e a possível não frequência nos atendimentos disponibilizadas nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Umuarama. Na metodologia foi realizada uma pesquisa junto ao NRE para indicar os Pedagogos responsáveis pela sala de Recursos Multifuncional Tipo 1, a quantidade de alunos diagnósticos e indicados para estas salas, bem como verificar a frequência e o motivo da não frequência em alguns casos. Os dados foram coletados em 15 escolas da Rede Estadual de Ensino do NRE de Umuarama, onde se constatou que existe a não frequência e que os motivos apontados para isso variam muito. Na pesquisa são apresentados os mais assinalados e que muitos dos motivos apresentados, estão voltados à opção do próprio aluno.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. mah_santana12@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. kayanbertoni@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. noeli_venancio@hotmail.com

⁴Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. k-mi-lah@hotmail.com

⁵Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. tatiane_lorrana@hotmail.com

⁶Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense. paula_argenton@hotmail.com

⁷Mestre em Educação. Professora da Universidade Paranaense - Sede. robressan@unipar.br

⁸Mestre em Ciência da Computação. Professor da Universidade Paranaense - Sede. arnaldo@unipar.br

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Sala de Recurso Multifuncional – Tipo 1.

ROOM RESOURCES: THE REASON OF THE NEGATIVE FREQUENCY OF SOME STUDENTS

ABSTRACT: The project aims to obtain information on the number of students with psychoeducational assessment for Multifunctional Resource Room - Type 1, the frequency and the possible negative frequency in the available services in schools of Regional Education Center in Umuarama (PR). During the research it was carried out a survey in the Regional Education Center to indicate the Pedagogues responsible for Multifunctional Resource Room Type 1, the amount of diagnostic and students suitable for these rooms, as well as check the frequency and the reason for missing the same frequency. Data were collected at 15 schools of Regional Education Center in Umuarama (PR) where it was found that there is no frequency and that the reasons given for this varies widely. In the research are presented the most significant and that many of the presented reasons are directed to the option of the student himself.

KEYWORDS: Inclusion; Multifunctional Resource Room - Type 1.

SALÓN DE RECURSOS: ¿EL PORQUÉ DE NO SER FRECUENTADO POR ALGUNOS ESTUDIANTES?

RESUMEN: El proyecto busca la obtención de informaciones sobre el número de estudiantes con evaluación psicoeducativa para Salón de Recursos Multifuncional - Tipo 1, la frecuencia y la posible no frecuencia en las atenciones disponibles en las escuelas de la Rede Estadual de Enseñanza de Umuarama. La metodología consistió en una encuesta realizada junto al NRE para indicar los pedagogos responsables por salones de Recursos Multifuncional Tipo 1, la cantidad de estudiantes diagnosticados e indicados para estos salones, así como comprobar la frecuencia y la razón de la falta de asistencia en algunos casos. Los datos fueron recolectados en 15 escuelas de la Rede Estadual de Enseñanza del NRE de Umuarama, donde se encontró que no existe frecuencia y que las razones aducidas para ello varían ampliamente. En la encuesta son presentados los más marcados y que muchas de las razones presentadas están dirigi-

das a la elección del propio estudiante.

PALABRAS CLAVE: Inclusión; Salón de Recurso Multifuncional - Tipo 1.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva-se refletir sobre a política do Atendimento Educacional Especializado, na rede regular de ensino e quais os caminhos de uma política de educação para todos, enfatizando a sala de recursos multifuncional tipo 1.

A educação de alunos deficientes que, até pouco tempo, pautava-se em um modelo de atendimento excludente, hoje é uma realidade oficializada. A discussão sobre o tema, cada vez mais consistente e sistemática, ganhou campo, especificamente a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca, a qual proclama que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...]” (UNESCO, 1994, p. 8).

O direito fundamental à educação para todos implica em adoção de políticas públicas de inclusão, pois tornam-se necessárias reformas na estrutura atual das escolas, no sentido de se afastar das práticas tradicionais de ensino, principalmente, para aqueles que precisam de uma maior atenção pedagógica. Com isso, a inclusão do aluno com deficiência intelectual é desafiante, porque atinge a escola naquilo que é mais importante e não é perceptível de imediato, a relação entre quem ensina e quem aprende; mais especificamente, na forma como a escola ensina e nas diferentes formas de como os alunos aprendem.

Com a homologação da Resolução nº. 004/2009, que determina a realização de matrícula de todos os alunos com alguma deficiência no ensino regular, a Educação Especial passa a atuar como Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2009). E o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem que apresentam algum tipo de deficiência, passou a ser realizado no período de contraturno em salas preparadas dentro do ensino regular. Este trabalho pretende investigar a organização pedagógica desse atendimento para alunos com deficiência na área intelectual.

Por meio de pesquisa documental junto à secretaria acadêmica e equipe pedagógica das escolas da Rede Estadual do Município de Umu-

arama, verificar-se-á quantos alunos são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais tipo 1, quais os tipos de deficiências diagnosticadas, a idade e ano/série dos alunos e quantidade de alunos que estão frequentando o atendimento educacional especializado, bem como o porquê da possível não frequência de alguns alunos. Estes dados poderão ser utilizados para uma campanha de conscientização da importância da frequência na sala de recursos multifuncional - Tipo 1 para o aprendizado desses alunos avaliados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Bernardes (2000), o atendimento à pessoa com deficiência teve início no século XIX e foi marcado por importantes períodos no desenvolvimento de práticas escolares, como o da institucionalização, o da integração e atualmente, o da inclusão escolar.

Estudos demonstram que durante a Idade Média, as pessoas com algum tipo de deficiência eram mantidas no isolamento e desacreditadas, negava-se a possibilidade de que poderiam ter algum avanço no seu desenvolvimento educacional. As ações políticas que eram desenvolvidas, na época, se pautavam apenas no assistencialismo institucionalizado, atendiam apenas às necessidades básicas de sobrevivência dessas pessoas em hospitais, asilos e hospícios.

Com o tempo e depois de estudos feitos em relação à forma de pensar das pessoas com deficiências, elas passaram a ter um atendimento em instituições de ensino, com o objetivo de obter maiores informações acerca das deficiências apresentadas. Devido a tal análise, foi possível constatar que essas pessoas apresentavam condições de terem uma educação formal, e, diante disso, foram fundadas instituições especializadas nas diversas deficiências.

Conforme Mazzota (2005), assim como na Europa, as primeiras instituições criadas no Brasil destinaram-se para o atendimento das pessoas surdas e cegas, instituídas no Rio de Janeiro por um decreto imperial. Em 1854, foi inaugurado o primeiro instituto para cegos denominado, Instituto dos Meninos Cegos, o qual, em 1891, recebeu o nome

de Instituto Benjamin Constant. E pela Lei nº. 839 de 1857, D. Pedro II instituiu o “Imperial Instituto dos Surdos-mudos”, que, em 1957, passou a denominar-se “Instituto Nacional de Educação dos Surdos”, hoje Instituto Santa Inês.

Mazzota (2005) relata ainda que em 1872, com a população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, os institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos Mudos atendiam apenas 35 cegos e 17 surdos. Em 1874 teve início a assistência aos deficientes mentais, no Hospital Estadual de Salvador, hoje denominado de Hospital Juliano Moreira. O referido autor relata ainda que, da primeira metade do século XX, portanto até 1950, existiam quarenta estabelecimentos públicos de ensino regular que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial aos deficientes mentais e quatorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências.

Pletsch (2009) afirma que em resposta à necessidade do atendimento as pessoas com necessidades especiais e a falta de iniciativa do Estado, a sociedade se organizou, surgindo no Brasil algumas instituições que cumpriram o papel do Estado, atendendo as pessoas com deficiências. Essas instituições se proliferaram no país, após a Constituição de 1946, que passou a reconhecer a educação como direito universal. Lei que o Estado não cumpria, pois não oferecia atendimento às pessoas com deficiência. Data desta época a criação da Sociedade Pestalozzi e a Associação dos Amigos dos Excepcionais – APAE, que tinham caráter assistencial. Ofereciam às pessoas com deficiências a possibilidade de aprender algum tipo de ofício e a de comercialização de seus produtos.

A educação do deficiente, em 1957, foi assumida pelo Governo Federal, no entanto, somente em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entrou em vigor. Os artigos 88 e 89 dessa Lei se referem à educação dos excepcionais, garantindo, dessa forma, o direito à educação das pessoas deficientes, dentro do sistema geral de ensino e a sua integração na sociedade. Desse modo, a Lei de 1961 privilegiou os deficientes no recebimento de atendimento especial nas escolas e, com o passar do tempo, surgiu o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) atrelado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC).

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tra-

tamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontra em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promoveu a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acabou reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A Constituição Federal de 1988 define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 8.069/90, no artigo 55, reforçou os dispositivos legais citados na Constituição ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Ainda na década de 1990, outros documentos foram sancionados como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Foi principalmente com a Declaração de Salamanca que o termo educação inclusiva foi reconhecido. Mediante a isso, estabeleceu-se que os sistemas de ensino promovessem programas que atendessem a grande diversidade de necessidades do seu alunado.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos o currículo, métodos, organização e recursos específicos para atender às suas necessidades; assegurar a terminalidade específica

àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; e assegurar a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 1999, o Decreto nº. 3.298, que regulamenta a Lei nº. 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino,

Em 1999, na Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº. 3.956/2001 assegurou que todas as pessoas com deficiência teriam os mesmos direitos e garantias fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que pudesse impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

2.2 O ATENDIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO BRASIL

O atendimento educacional sistematizado, às pessoas com algum tipo de deficiência, só pode ser analisado no Brasil a partir do século XIX. Momento histórico no qual nem todas as pessoas tinham direito à educação básica, esta era privilégio das elites, e conforme Mazzota (2005), as pessoas com deficiência não eram consideradas educáveis, sendo considerados fatores orgânicos como responsáveis pela condição do deficiente. O autor afirma que, enquanto em alguns países da Europa havia uma preocupação em estudar as deficiências e criar instituições para o atendimento dessas pessoas, no Brasil a segregação pôde ser observada até a década de 50.

Segundo Silva (2000), as pessoas com Deficiência Mental causavam incômodo à família e à sociedade, eram escondidas da comunidade, sendo oferecida apenas assistência à saúde. Sasaki (2002) relata que quatro fases marcaram a história do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, exclusão, segregação, integração e inclusão. Na fase da exclusão, até a década de 1950, a sociedade desconsiderava o potencial de desenvolvimento das pessoas com deficiência, não tinha estudos que comprovassem suas potencialidades.

2.3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E COGNIÇÃO

No novo sistema da Associação Americana de Retardo Mental, a Deficiência Mental é concebida como “incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade” (AAMR, 2006, p. 20, Apud. PLETSCH, 2009 p. 81).

Segundo Pletsch (2009), a AAMR (2006), apesar de continuar utilizando o termo “Retardo Mental” reconhece que o termo é “estigmatizante e erroneamente usado como resumo global dos seres humanos complexos”. A autora relata ainda que o termo Deficiência Intelectual fosse veiculado e disseminado durante a Conferência Internacional sobre Deficiência intelectual, realizada no Canadá, evento que originou a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Esse termo, segundo a autora, também é recomendado pela *International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities* (IASSID). No entanto, a autora enfatiza que não se pode esquecer de que a definição de deficiência intelectual continua embasada no conceito de deficiência mental de AAMR.

2.4 AÇÕES METODOLÓGICAS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS TIPO I

O documento do MEC/SEEP (2005) sobre a política da inclusão recomenda que seja organizado, pelos sistemas de ensino, um atendimento educacional de qualidade para os alunos com necessidades educacionais especiais, e que estes elaborem propostas pedagógicas que contribuam para sua aprendizagem.

Mittler (2002) afirma que para a concretização da inclusão é necessário se voltar para a formação dos professores, especificamente sobre a diversidade e as formas de atuação do atendimento dos alunos com deficiências, porque de um modo geral a escola está organizada para atender o aluno que aprende sem maiores dificuldades. Nos documentos e na literatura analisada neste estudo, parece consenso entre os autores de que a escola não está ainda preparada para lidar com a inclusão, principal-

mente, dos alunos com deficiência intelectual.

Silva (2002) relata que as práticas educativas para alunos com déficit intelectual estão intimamente ligadas à cultura escolar na qual se organizam de modo que, ao se analisar determinado currículo, pode se verificar não só os conteúdos que são vistos como importantes naquele grupo cultural, como também são priorizados alguns conteúdos em detrimento de outros. Pode-se concluir que historicamente os critérios de escolha, que guiaram os professores, se deram pela leitura etiológica da deficiência. Confirma-se com isso que o conhecimento é desigualmente distribuído no ensino especial.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em três etapas, na primeira etapa, realizou-se uma Pesquisa Documental junto a Chefia do Núcleo Regional de Educação junto a base de dados junto ao Departamento de Educação Especial, e verificar a relação de alunos com diagnóstico para sala de recursos multifuncional Tipo 1 por escola da Rede Estadual do município de Umuarama. Em seguida foi realizada visita *in loco* nas escolas devidamente autorizadas pelo Núcleo Regional de Educação, para análise documental dos laudos de cada aluno diagnosticado para sala de recursos multifuncional Tipo 1, verificando a idade, ano/série e diagnóstico psico-educacional.

A segunda etapa, foi realizada uma pesquisa junto ao Pedagogo responsável pela sala de Recursos Multifuncional Tipo 1, para verificar a frequência dos alunos, e em caso de não frequência, investigar com o Pedagogo responsável pela sala de Recursos Multifuncional Tipo 1, sobre os motivos das possíveis faltas.

A terceira etapa culminou com a tabulação e análise dos dados coletados em 15 escolas da Rede Estadual de Ensino do NRE de Umuarama.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O Núcleo Regional de Umuarama possui em todas as cidades pertencentes a ele um total de 77 salas de Recursos Multifuncionais Tipo

1 e 01 sala CAE Surdocegueira.

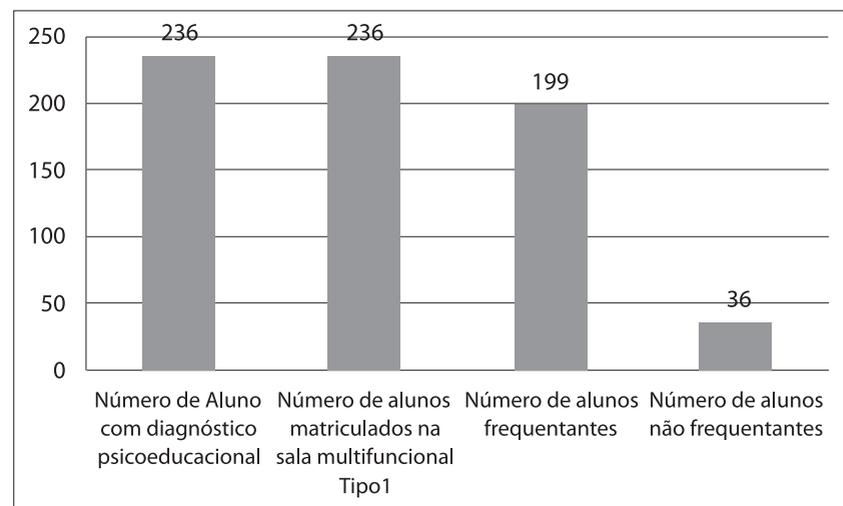
Dentro do município de Umuarama são mantidos 15 Colégios que disponibiliza salas de Recursos Multifuncionais Tipo 1 e um Colégio disponibiliza uma sala de Recurso Multifuncional Tipo 2.

Neste trabalho foram visitados 06 Colégios, totalizando 236 alunos com diagnóstico psicoeducacional, os quais estão matriculados nas referidas salas de recursos multifuncionais Tipo 1 e 2.

Nesses colégios o horário de acompanhamento das salas de recursos multifuncionais encontramos 3 colégios que atendem nos períodos da manhã, tarde e noite, 3 Colégios que atendem nos períodos da manhã e tarde.

O número de alunos que frequentam as salas de recursos totalizam 199 alunos dentre este 36 alunos não frequentam, conforme figura abaixo.

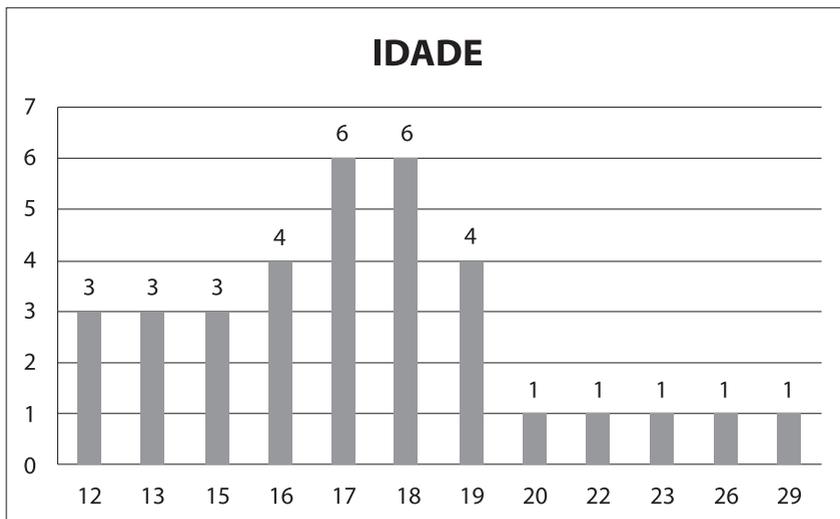
Figura 1: Total de Alunos Matriculados, frequentando e não frequentando as Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I e 2.



Fonte: Autores da Pesquisa

Entre os alunos que não frequentam as salas de recursos multifuncionais verificou-se que as idades variam de 12 a 29 anos, sendo que a maior faixa de idade atendida varia de 12 a 18 anos.

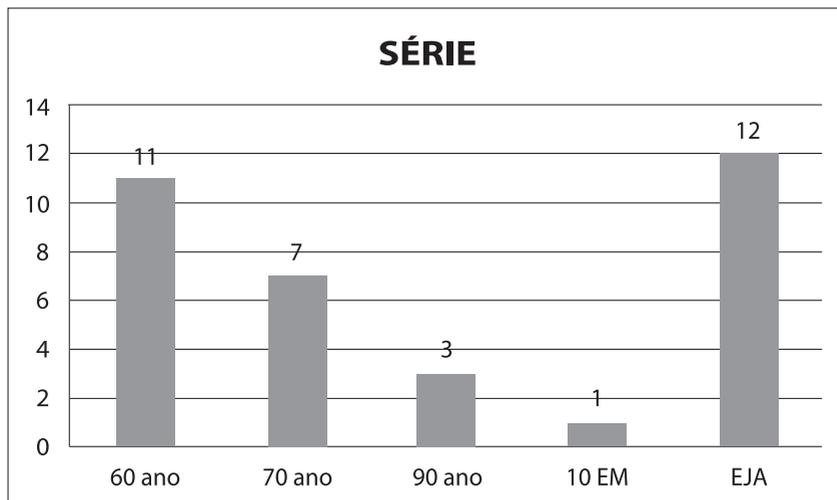
Figura 2: Idade dos alunos que não frequentam as salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I



Fonte: Autores da Pesquisa

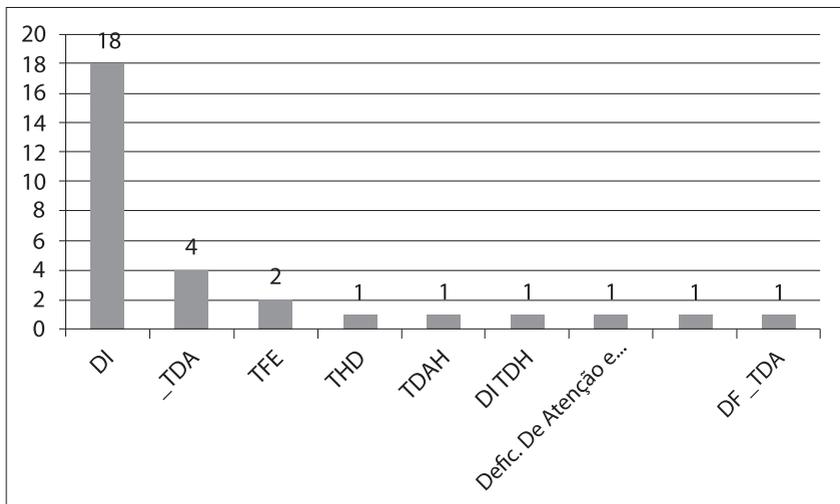
As séries dos alunos que não frequentam as salas de Recursos Multifuncionais estão demonstradas no gráfico abaixo sendo o maior índice de não frequência o EJA segundo pelo 6º ano.

Figura 3: Série dos alunos que não frequentam as salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I



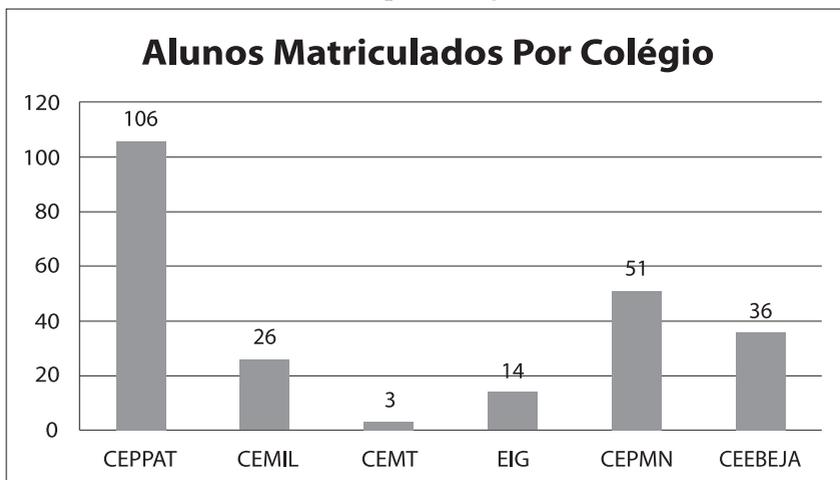
Fonte: Autores da Pesquisa

Os diagnósticos informados pelas escolas dos alunos que não frequentam as salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I são: 18 alunos com Deficiência Intelectual (DI), 04 alunos com Transtorno de Déficit de Atenção (TDA), 02 alunos com transtornos funcionais específicos (TFE), e 01 aluno com Hiperatividade (TDH), Transtorno de Déficit de Atenção Com Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual e Hiperatividade (DI TDH), Déficit de Atenção e Distúrbio de Conduta, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Deficiência Física e Transtorno de Déficit de Atenção (DF_TDA).

Gráfico 4: Diagnóstico Psicoeducacional

Fonte: Autores da Pesquisa

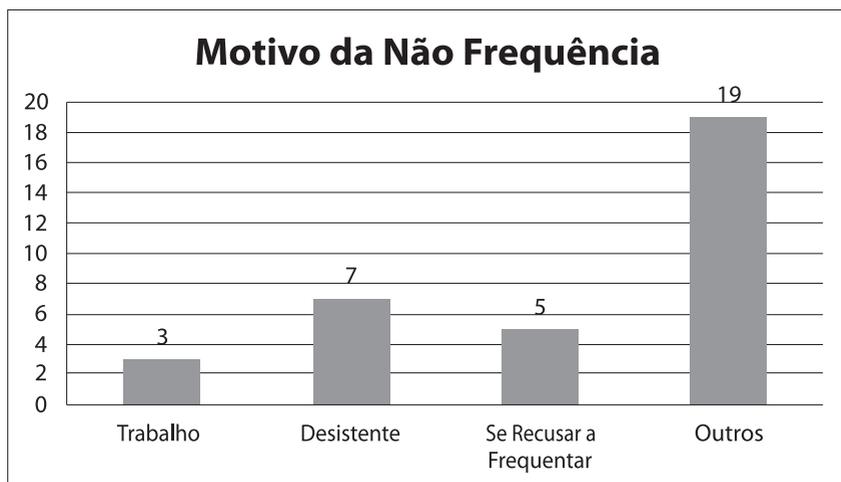
Na pesquisa foi detectado 02 relatos como dificuldade de aprendizagem, mas sem diagnóstico.

Gráfico 5: Alunos Matriculados por Colégio

Fonte: Autores da Pesquisa

No CEPPAT (Colégio Estadual Professor Paulo Alberto Tomazi-
nho) o atendimento aos alunos diagnosticados com dificuldades psicoe-
ducacionais inicia na educação infantil até EJA, também existem alunos
que não frequentam escolas regulares, mas recebem atendimento espe-
cializado pela sala de recursos multifuncionais do colégio. Nesta escola
encontramos salas de recursos multifuncionais do Tipo I e II. Outra ob-
servação apresentada no colégio é que existem alunos não matriculados,
que não frequentam por problemas de transporte, pois moram em outros
municípios, quando a prefeitura destes municípios não oferecem trans-
porte a estes alunos, eles não renovam a matrícula e neste caso, este aluno
é cancelado no sistema de controle, o que dificulta obter informações
desses alunos.

Gráfico 6: Motivo da não frequência dos alunos nas salas recursos mul-
tifuncionais



Fonte: Autores da Pesquisa

Os outros casos constatados na pesquisa sobre a não frequência dos alunos nas salas de recursos multifuncionais foram:

Prefere treinar futsal; Notas suficientes; Não justificado, A esposa teve filho; Família não acompanha; Estuda em outro colégio no Ensino Regular e família não acompanha; Problema familiar / cuida do pai doen-

te; Reside muito longe, Completou 18 anos e optou por não estudar; Dificuldade particulares / transporte, Passa mal, desmaia; Saiu do abrigo Tia Lili e não comparece; Afastado para tratamento; Não quer; Muito irritado / instabilidade emocional; Ficou grávida e foi morar com o pai da criança. Uma observação chamou a atenção de casos de alunos que se recusam a frequentar e dizem ter vergonha dos colegas e outros alunos, dizem que não precisam frequentar a sala de recursos o que difere da opinião dos professores.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que o Governo do Estado por meio da Secretaria Estadual de Educação, possibilita a oferta de salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I, o que permite a frequência e o acompanhamento de alunos com necessidade de atendimento especializado no acompanhamento de seu aprendizado.

Constatou-se também que pelos dados coletados, que as salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I atendem a uma faixa etária bastante variada entre 12 a 29 anos e que as séries atendidas variam de 6º ano anos seguintes e EJA.

Entre os dados fornecidos, observou-se que a falta de frequência nas salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I variam além das opções disponibilizadas com maior pontuação pelo gráfico, foram elencadas outras opções com menos pontuação para esclarecer a não frequência.

Os pesquisadores observaram a importância da oferta das salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I para o acompanhamento do aprendizado nos alunos que necessitam de atendimento especializado, e pelas respostas coletadas pela não frequência, demonstram que falta empenho dos usuários e incentivo de seus familiares para uma melhor utilização deste recurso.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. de O; GOTTI, M. de O. **Atendimento Educacional Especializado** – Concepção, princípios e aspectos organizativos. In. BRASIL. III Seminário Nacional de formação de gestores e educadores: Ensaio Pedagógicos. MEC/SEESP: Brasília/DF, 2006.

BERNARDES, A O. **Da integração à inclusão, novo paradigma.**

Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>>. Acesso em: 15 de ago, 2012.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 10 ago de 2012.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Secretaria especial de editoração e publicações Subsecretaria de edições técnicas. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 04 jul de 2012.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília, DF. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul de 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para **Integração da Pessoa Portadora de Deficiência** – Corde. Brasília, DF. 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 10 jul 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em: 10 de jul, 2012

_____. Ministério da Educação. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília:

DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 de jul., 2012.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. Acesso em: 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Documento Subsidiário à Política da Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 06 de out, 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Resolução nº. 4, de 2 de Outubro de 2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf>. Acesso em: 05 de Set, 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 11 de jul, 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008: Dispõe sobre o **atendimento educacional especializado**, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 06 de out, 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica N. 11/2010, de 7 de maio de 2010. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares**. Brasília: MEC/SEESP, 2010a. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 05 de out, 2012.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 06 de out, 2012.

_____. **O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva**. Inclusão, v.5, n.1, p. 12-15. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

_____. Lei de Libras. Lei 10436/02 de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras** e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 25 abr.2002. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-Libras-lei-10436-02>>. Acesso em 05 de ago, 2012.

_____. Portaria nº. 2.678, de 24 de Setembro de 2002. Dispõe sobre diretrizes e norma para o uso, o ensino a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa. Brasília, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/grafiaport.txt>>. Acesso em: 05 de ago, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Decreto nº. 6.571/2008. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf>. Acesso em: 15 de ago, 2012.

_____. Decreto nº. 5.296/04. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/fisca_trab/10-5-1-decreto-n-5-296-04.htm>. Acesso em: 29 jul, 2012

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**.

Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 28 jul, 2012.

CARVALHO, R. É. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DIEZ A. M. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Revista Inclusão**, v.5, n.1, p. 16-25. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

DORZIAT, A. Educação Especial e inclusão escolar: prática e/ou teoria. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C. da & colaboradores. **Inclusão escolar e Educação Especial**: teoria e prática na diversidade. Editora Edufu, Uberlândia/MG, p. 21-36, 2008.

EIDT, N.M. SILVA G.L.R. **Oposições teórico-metodológicas entre a Psicologia Histórico-Cultural e o Construtivismo Piagetiano**: implicações à educação escolar. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Organização do trabalho pedagógico / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. 2011.

ESCÓRCIO, D. C. M. **A interação entre professor e aluno com deficiência intelectual em escola inclusiva**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Do Piauí, Teresina, 2008. <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2008/interacao_professores.pdf>. Data de acesso: 16 de out 2012

FÁVERO, E. A. G; MANTOAN, M. T. E.; PANTOJA, L. M. **Aspectos legais e orientação Pedagógica** – Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 60 p. 2007.

FIGUEIREDO, R. V. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. In: Mantoan, M.T.E. (Org.). **A Integração de Pessoas com Deficiência**: contribuições para a reflexão do tema. Ed. Menmon, São Paulo, 1997. Disponível em <<http://www>>.

aprendizagemnadiversidade,ufc.br/paginas/produções_gad.htm>. Acesso em: 16 de ago. de 2012.

FIGUEIREDO, R. V. POULIN, J. Aspectos funcionais do desenvolvimento cognitivo de crianças com deficiência mental e metodologia de pesquisa. In: Silvia Helena Vieira Cruz. (Org). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 245-263.

FONTES; PLETSCHE, M. D.; BRAUN, P.; GLAT, R. Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, Rio de Janeiro, p. 79-96, 2007.

GOMES, A. L. e outros. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GOMES, A. L.; POULIN, J.; FIGUEIREDO, R. V. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. MEC/SEESP/UFC, 2010.

GOULART, I.B. Piaget, experiências básicas para utilização pelo professor. 11. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1996.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LUSTOSA, G. F. **O processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual**. Trabalho apresentado no VII Seminário do Programa Educação Inclusiva, Brasília: 10 de maio de 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento**. Cad. CEDES. [online]. Set. 1998, v.19, nº46. Disponível em http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300009&pt&nrm=iso.>

Acesso em: 05 de out. de 2012.

_____. **A Construção da Inteligência nos Deficientes Mentais:** um desafio, uma proposta. Revista Brasileira de Educação Especial, v.1, n.1, p.4, 2004. Disponível em <http://educa.fec.org.br/pdf/rbel/v01n01/v01/v01n01a10.pdf>>. Acesso em: 05 de out.2012

_____. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Igualdade e diferença na escola:** como andar no fio da navalha. In: Revista Educação do Centro de Educação da UFMS, v.32, nº. 2: Educação Inclusiva, Santa Maria, p. 319-326, 2007. Disponível em < <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a3.htm>>. Acesso em: 05 de out de 2012.

MARQUES, L. P. O professor de alunos com Deficiência Mental: Concepções e Prática Pedagógica. Juiz de Fora/MG: UFJF, 2001.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil:** História e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, A. P. B. **História, Deficiência e Educação Especial,** 2003. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf> Acesso em: 16 de ago, 2012.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** Contextos Sociais. Tradução Windys Brasão Ferreira. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

PAN, M. A. G. de S. **O direito à diferença:** uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1989.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental:** Diretrizes políticas, currículos e práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do

Estado do RJ – Faculdades de Educação, março de 2009. <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/pletsch_tese.pdf>. Acesso em 06 de out, 2012.

OLIVEIRA, D. A. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

RAPPAPORT, C.R. **Psicologia do desenvolvimento, conceitos fundamentais**. São Paulo: EPU, 1981.

RODRIGUES, M. **A função das classes especiais para deficientes mentais numa perspectiva crítica de inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20062007-102207/pt-br.php>>. Acesso em: 01 de out, 2012.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 4ªed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SENNA L. A. G. Formação docente e educação inclusiva. In: **Revista Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p.195-219, 2008.

SILVA, F. C. T. **Processos de ensino na educação dos deficientes mentais**. In: 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxumbú. Educação não é privilégio Centenário de Anísio Teixeira), 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1508t.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2012.

SHIMAZAKI, E. M. e MORI, N. N. R. Atendimento educacional à pessoa com deficiência intelectual. In: SHIMAZAKI, E. M.; PACHECO, E.R. (Org.). Educação Especial: inclusão escolar. Maringá: Eduem 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, ciência e cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 12 de set. 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e da linguagem**. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: Símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artmed, 1996.

ZAMPRONI, E. C. B. **Conceituando a deficiência intelectual**. Curso de formação em Educação Especial. Moodle: e-escola. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. 2012.

Recebido em: 30/05/2016
Aprovado em: 21/07/2016